



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2009 a DEZEMBRO/2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o **Relatório de Gestão Fiscal**, concernente ao **terceiro quadrimestre do exercício de 2009**.

Os dados estão disponíveis, a partir desta data, no site do Tribunal de Justiça, na Internet (www.tj.sc.gov.br), conforme estabelece o art. 48 da referida Lei.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	697.258.962,71	-
Pessoal Ativo	562.219.911,98	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	135.039.050,73	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	149.871.673,71	-
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	54.134,10	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	74.361.306,03	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	75.456.233,58	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	547.387.289,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	547.387.289,00	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.405.660.160,86	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,26%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	624.339.609,65	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	593.122.629,17	
 FONTE: Balancete Unidade Gestora e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL		

Nota: Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2010.

Des. Volnei Ivo Carlin
Presidente e.e.

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

RGF - Anexo V - Tribunal de Justiça (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	1.360.734.462,05	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.315.806.740,75
Caixa	-	Depósitos	1.315.806.740,75
Bancos	35.684,59	Restos a Pagar Processados	-
Conta Movimento	35.684,59	Do Exercício	-
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	1.360.698.777,46	Restos a Pagar Não-Processados de exercícios Anteriores	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	44.927.721,30
TOTAL	1.360.734.462,05	TOTAL	1.360.734.462,05
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			6.853.879,51
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			38.073.841,79

Fonte: Balancete Unidade Gestora

Florianópolis, 29 de janeiro de 2010.

Des. Volnei Ivo Carlin
Presidente e.e.

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

RGF - Anexo V - Fundo de Reaparelhamento da Justiça (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	107.023.909,96	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.794.972,28
Caixa	-	Depósitos	1.794.972,28
Bancos	-	Restos a Pagar Processados	-
Conta Movimento	-	Do Exercício	-
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	107.023.909,96	Restos a Pagar Não-Processados de exercícios Anteriores	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	105.228.937,68
TOTAL	107.023.909,96	TOTAL	107.023.909,96
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			9.231.565,56
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			95.997.372,12

Fonte: Balancete Unidade Gestora

Florianópolis, 29 de janeiro de 2010.

Des. Volnei Ivo Carlin
Presidente e.e.

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Tribunal de Justiça	-	-		6.853.879,51	-
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	-	-		9.231.565,56	-
TOTAL	-	-		16.085.445,07	-

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Tribunal de Justiça	44.927.721,30
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	105.228.937,68
(Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)	TOTAL
	150.156.658,98

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários	-	-		377.804,66	-
Recursos da Conta Única	-	-		6.476.074,85	-
Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça	-	-		9.231.565,56	-
TOTAL	-	-		16.085.445,07	-

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Tribunal de Justiça	8.025.035,90
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Conta Única	36.902.685,40
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	105.228.937,68
(Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)	TOTAL
	150.156.658,98

Fonte: Balancete Unidade Gestora
Relatório Restos a Pagar não processados

Florianópolis, 29 de janeiro de 2010.

Des. Volnei Ivo Carlin
Presidente e.e.

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2009

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal para fins de apuração do Limite - DTP	547.387.289,00	5,26%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,0%	624.339.609,65	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - 5,7%	593.122.629,17	5,70%

Fonte: Anexo TC - 008

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários	377.804,66	8.025.035,90
Recursos da Conta Única	6.476.074,85	36.902.685,40
Recursos do Fundo de Reparelhamento da Justiça	9.231.565,56	105.228.937,68

Fonte: Balancete Unidade Gestora

Florianópolis, 29 de janeiro de 2010.

Des. Volnei Ivo Carlin
Presidente e.e.

Ricardo Lentz
Diretor de Orçamento e Finanças

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna